


As Esculturas de barro do Mosteiro de Alcobaça: Um olhar crítico

Há duas perspectivas possíveis de abordar o ciclo da escultura de barro do Mosteiro cisterciense de Alcobaça, cabeça da respectiva congregação em Portugal: a que incide no período da sua criação, envolvendo os séculos XVII e XVIII; e a que se reporta à sua lenta deterioração e parcial amputação nos séculos XIX e XX. Ambas se revestem de importante significado histórico, interpelando-nos directamente em termos de responsabilidade cívica e patrimonial.

Tendo sido a arte monástica um dos sectores privilegiados do Barroco no nosso país, coube à produção de imagens de barro policromado um lugar assinalável nesse contexto, em complementaridade com a produção de madeira. Num intervalo de tempo relativamente curto, correspondente sobretudo ao último terço da época seiscentista, a encomenda alcobacense chamou a si a liderança deste sector de actividade artística, brilhantemente concentrada no espaço de uma geração. Esculturas devocionais em louvor da Virgem e dos Santos, um surpreendente Relicário composto por dezenas de bustos, a representação do Apostolado e uma cenográfica Morte de S. Bernardo compunham a adequada figuração de temática religiosa. A isto acrescentava-se um discurso de teor historicista plasmado na Série dos Reis e no grupo da Coroação de D. Afonso Henriques. Integradas numa globalidade barroca constituída pelos envolvimentos da talha dourada, dos estuques, da pintura e do sumptuoso acervo de ourivesaria e prataria, estas esculturas transitam para o século XVIII, ainda que sem o fulgor do impulso inicial, criando um sinal de inquestionável

identidade estética. Dotadas de intencionalidade programática, iconologicamente demonstrável, estas imagens assumiram uma importância não apenas nacional, como ainda, em certo sentido, também no âmbito do Barroco monástico europeu.⁽¹⁾ Daí a relevância histórica do seu processo de degradação, após a extinção das Ordens religiosas em 1834. Longe de se tratar de um episódio isolado, o núcleo de Alcobaça foi inexoravelmente sujeito à incúria e ao abandono de décadas, agentes acidentais duma estética da ruína, que a sensibilidade romântica incorporava nas suas vivências, tanto quanto na reiteração das suas denúncias. Anos antes de M. Vieira Natividade, A. Haupt e Ramalho Ortigão, um anónimo amador portuense descrevia assim as condições em que se encontrava o Mosteiro por ele visitado em 1876: *“e lá dentro, na igreja, cobre as paredes o musgo; e a hera atrevida penetra através dos fundos das janellas, manchando a magestade do lugar com a sua aparência deleteria (...). E o ar, esse agente terrível, saturado de humidade, invade os dourados dos seus altares, fazendo-os cahir bocado a bocado. E as imagens beijadas pelo anjo das ruínas*

nas têm a triste aparência da decomposição”.⁽²⁾

Repassadas de melancolia, tais considerações surgem como o diagnóstico poético de uma situação apenas interencionada em 1930, com base no critério da recuperação, depurada, de uma Idade Média idealizada pela arqueologia. Desse critério resultaria, por exemplo, o sacrifício do retábulo-mor e do enquadramento para onde as suas esculturas tinham sido pensadas. São, por conseguinte, os restos dos restos, aquilo que, quanto a esta matéria, em Alcobaça se nos depara, pálido reflexo do muito outrora existente. Mas, é isso que nos cumpre estudar, preservar e divulgar, num trabalho de necessária convergência interdisciplinar entre historiadores, técnicos de Conservação e Restauro e os responsáveis pelo Monumento. 

NOTAS:

⁽¹⁾ Tencionamos na nossa dissertação de doutoramento sobre a escultura alcobacense do século XVII, a apresentar em breve, poder mostrar o alcance do significado histórico, estético e cultural de toda esta produção nos seus diferentes planos.

⁽²⁾ A., *Uma digressão a Alcobaça em Março de 1876*. Porto, Imprensa Comercial, 1876, p. 52.

CARLOS MOURA,
Historiador da Arte, Docente na FCSH-UNL